

PROJETO DE PESQUISA MONITOR DO SANEAMENTO DO IPEA^{1,2}

Gesmar Rosa dos Santos³

1 CONTEXTO E OBJETIVOS DO PROJETO

O tema saneamento básico, por alinhar saúde, qualidade de vida, dependência de infraestruturas e gestão qualificada, tem sido mencionado como essencial em todos os foros que tratam de políticas públicas no Brasil. A abrangência do tema, ao incorporar serviços e sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo e drenagem de águas pluviais urbanas e coleta e tratamento de resíduos sólidos urbanos, eleva os desafios do financiamento, da regulação e da governança.

Em esgotamento sanitário é conhecido o grande déficit de atendimento, com destaque para as regiões Norte e Nordeste. No abastecimento de água, regiões e Unidades da Federação (UFs) até poucos anos consideradas abundantes em recursos hídricos, como São Paulo, Paraná e Distrito Federal, registram problemas de escassez. Nos componentes águas pluviais urbanas e resíduos sólidos as lacunas são ainda maiores, indo desde o financiamento até a regulação dos serviços e da governança, embora se reconheçam avanços, que tem levado a recentes mudanças na legislação, na regulação e nos instrumentos de gestão.

A legislação federal, com a Lei nº 11.445/2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020, considera o tema saneamento no contexto da gestão integrada da água, do meio ambiente e de políticas públicas para as cidades e regiões brasileiras. A titularidade municipal pode ser exercida em blocos e consórcios de municípios, e conta com a ajuda dos estados e da União. Essa configuração torna essencial a avaliação dos investimentos, das instituições, das políticas e dos resultados que afetam o setor, temas estes abordados pelo projeto Monitor do Saneamento do Ipea.

O governo federal conta com políticas e instrumentos para o setor, principalmente de planejamento, regulação e financiamento de infraestruturas, da gestão e da pesquisa e inovação tecnológica. Em suma, o papel do Estado no tocante ao saneamento atende, além da legislação setorial, ao disposto na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), no Pacto

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua29notapesq>

2. Além do autor, são também membros do projeto Monitor do Saneamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) os servidores Jean Marlo Pepino de Paula e Alesi Teixeira Mendes, da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea, e Geraldo Sandoval Góes, da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea.

Federativo e no Sistema Tributário Nacional. Portanto, é essencial a abordagem do tema pelo Ipea em pesquisas que contribuam com o aprimoramento da ação estatal no setor, tendo em vista seus objetivos e metas.

Entre as questões que orientam os trabalhos deste projeto, boa parte delas discutidas nesta publicação, estão: i) como aprimorar a alocação de recursos da União no saneamento?; ii) como caminhar para a gestão integrada de políticas de saneamento com outras ações relacionadas ao setor?; iii) a partir de uma perspectiva do ciclo de vida e de sustentabilidade, como se encontra e como pode ser estruturado o financiamento?; iv) como se comportam, ano a ano, os indicadores de atendimento, qualidade e eficiência do setor?; e v) quais aspectos continuam exigindo aprimoramento de legislação, regulação, gestão e governança?

Neste contexto, o projeto tem por objetivo realizar estudos sobre o saneamento básico no Brasil, a partir da análise da trajetória do setor e de suas políticas setoriais, sistemas de planejamento, regulação, financiamento e gestão integrada com outras políticas. Para tanto, organiza e difunde indicadores setoriais sobre o tema, acompanha as mudanças na legislação e nos instrumentos de gestão, tendo em vista o atendimento da população. Os trabalhos procuram englobar os quatro componentes do saneamento básico, conforme a definição da legislação brasileira: i) abastecimento de água; ii) esgotamento sanitário; iii) drenagem e manejo de águas pluviais; e iv) serviços de resíduos sólidos.

Iniciado no segundo semestre de 2020, o projeto apresentou estudos e debates no período 2020-2022 (Santos, 2020; Mendes e Santos, 2021; 2022), esta publicação, que compõe o *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, e outras, em fase final de elaboração. Além disso, estão em pauta outras publicações periódicas e não periódicas para o aprimoramento de políticas públicas de saneamento básico.

Além do apoio interno da Dirur/Ipea e da dedicação de outros pesquisadores do instituto, o projeto somente se viabiliza por meio de parcerias com estudiosos externos ao Ipea, com vistas à obtenção de dados e devolutivas, e à manutenção de diálogos com os órgãos responsáveis pelo saneamento, a exemplo do Ministério das Cidades. Neste sentido, registra-se a importância da formação e continuidade da rede de acadêmicos e pesquisadores voluntários, bolsistas e servidores públicos nos diversos âmbitos para o prosseguimento dos trabalhos.

REFERÊNCIAS

MENDES, A. T.; SANTOS, G. R. Infraestruturas sustentáveis no Brasil: oportunidades para o saneamento e políticas urbanas. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 12, 2021.

_____. **Drenagem e manejo sustentável de águas pluviais urbanas**: o que falta para o Brasil adotar? Rio de Janeiro: Ipea, 2022. (Texto para Discussão, n. 2791).

SANTOS, G. R. **Estado e saneamento**: sugestões de apoio à população carente durante e após a pandemia da covid-19. Brasília: Ipea, 2020. (Nota Técnica, n. 18).